



PINTO, Carine Isabel Both¹

EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO POPULAR: UMA RELAÇÃO DE SIGNIFICA- DOS

Resumo: A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, oferece às crianças a oportunidade de aprender em meio a experiências brincantes e desafiadoras e ao mesmo tempo proporciona às famílias a segurança necessária para que possam trabalhar, tendo um lugar seguro para seus filhos. Essa categoria de ensino vem ao encontro da Educação Popular, pois ambas são fruto de lutas e conquistas realizadas em prol de uma educação de qualidade para todos. Nessa relação o cotidiano das pessoas é valorizado e suas lutas constituídas de significados. A força do lugar ganha destaque, repercutindo na comunidade a função da educação, tendo na Escola de Educação Infantil, um lugar para os começos.

Palavras-chave: Educação Popular. Infância. Comunidade. Famílias. Escola.

Abstract: The early childhood education, first stage of the basic education offers the children the opportunity to learn by playing and challenging experiences and at the same time providing to the families the safety they need, so they can work, having a safe place for their children. This education category moves towards Popular Education, since both are outcomes of fighting and accomplishments achieved for a quality education for everybody. At this relation, people's daily routine is valued and their fights constituted of meaning. The strength of the place is highlighted, influencing the community the education function, having in the Childhood Education School, a place for the beginnings.

Keywords: Popular Education. Infancy. Community. Family. School.

1. INTRODUÇÃO

A chegada de uma criança em uma família geralmente traz mudanças em sua rotina. Motivo de alegria, de renovação, exige atenção e cuidados. Sua inserção no mundo requer a presença do outro, pois sozinho não sobrevive. Conforme Cairuga et al. (2015), o primeiro universo do bebê é a casa, ninho em que se refugia e onde habitam as pessoas que são por ele reconhecidas e lhe são fonte de afeto, segurança e interação. É na casa em que primeiramente se constitui subjetivamente como pessoa e de forma intersubjetiva inicia suas primeiras interações sociais.

O espaço familiar e a figura da mãe em especial, aconchega o bebê, fazendo-o descobrir o mundo. Do espaço domiciliar, passa a conhecer outros ambientes, como a casa dos avós, o supermercado, os vizinhos... e assim vai ampliando seu repertório de experiências, o que permite seu crescimento. A criança passa a existir e assim ter seu lugar.

Na atualidade, em virtude das necessidades no campo

¹Carine Isabel Both Pinto possui Graduação em Pedagogia pela Unijuí e é Mestranda em Educação nas Ciências também pela Unijuí. Atua como Coordenadora da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Três Passos/RS.

de trabalho e a inserção cada vez mais crescente da mulher nesse campo, bem como alterações nos padrões de vida e crescimento urbano, cada vez mais há necessidade de cuidado e educação dos bebês e crianças pequenas em ambientes distintos dos domiciliares, contando cada vez mais com a participação das instituições escolares. A escola para bebês constitui-se cada vez mais como indispensável e deve ser vista como parte de uma rede de apoio à família do bebê (CAIRUGA et al., 2015, p. 37).

Muitas famílias precisam desta rede de apoio na tarefa de educar os filhos e esta pode ser composta por diferentes pessoas. Parentes próximos, avós, babás são alternativas a serem consideradas, assim como as Escolas de Educação Infantil que surgiram com este intuito. No início essas instituições tinham um caráter assistencialista, com o foco voltado ao cuidado, guarda, higiene e alimentação, dando suporte as classes populares enquanto as mães trabalhavam. Atualmente esta concepção tem se modificado. A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (BRASIL, 1996), o Estatuto da Criança e Adolescente de 1990 (BRASIL, 1990) e o Plano Nacional de Educação de 2014 (BRASIL, 2014) são documentos que garantem o direito da criança à educação e marcam este lugar como próprio para o desenvolvimento da infância.

Para Arendt (2004, p. 17) a especificidade da educação é a natalidade, isto é, o fato de que no mundo haja nascidos humanos. Aqui, o humano não se fabrica, “nasce”, não é execução de um plano predeterminado, mas o enigma de um “começar-se”.

Um lugar para os começos... Constitui-se assim, a Escola de Educação Infantil. Um lugar específico para as crianças pequenas, que respeita seus “começos”, seus tempos, suas descobertas.

2. ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL: UM LUGAR PARA OS COMEÇOS

As crianças pequenas têm como característica trazer novidade ao mundo. Por isso Han-

nah Arendt (2004) destaca a condição humana da natalidade, como o novo começo inerente a cada nascimento.

Considerar as Escolas como espaços que acolhem esses começos é sem dúvida desafiador. Elas precisam estar preparadas para acolher as novidades e as crianças, através de um currículo vivo, como de seus familiares, que se apresentam na Escola com necessidades, curiosidades e inseguranças.

Escolas de Educação Infantil são instituições que podem ser públicas ou privadas. No caso das Escolas públicas, elas são de direito das crianças e não oneram custo algum para as famílias. Este serviço público e gratuito é de responsabilidade dos municípios, que recebem repasses do Estado e da União para seu funcionamento, os quais devem ser bem administrados para a oferta de um atendimento de qualidade.

Cabe aos municípios além da tarefa de gerenciar a Educação Infantil, acompanhar o trabalho realizado, considerar as famílias das crianças que compõem as Escolas e acolher aquelas que desejam vagas. Muitas vezes em razão de recursos limitados, estes últimos acabam por formar listas de espera, já que a procura por vagas é superior à oferta, gerando grandes transtornos, anunciando que a rede de apoio às famílias apresenta fragilidades.

Neste cenário, criam-se lacunas entre aquilo que rege a lei e o que de fato acontece, gerando retrocessos. A mulher é convidada a permanecer em casa, respondendo pelo cuidado dos filhos, o que no contexto da sociedade em que estamos inseridos atualmente dificilmente acontecerá. Ela é peça fundamental no orçamento familiar e por isso seu retorno ao mercado de trabalho, após a licença maternidade é inevitável.

Existe hoje uma nova configuração do papel da mulher na família, na sociedade e no campo de trabalho. São muitas as mulheres de diferentes camadas sociais que são responsáveis pelo sustento familiar, passando de oito horas diárias fora de casa e, com isso, necessitando compartilhar os cuidados e a educação de seus filhos. Conforme Albuquerque (2010, p. 141), “a Educação Infantil têm sido concebida como uma

política social para a infância e uma importante possibilidade para afirmar a oportunidade de igualdade entre homens e mulheres”.

Quando o Estado falha, famílias se veem desassistidas e os índices de desigualdades só aumentam. Neste momento, ainda são as mulheres que lutam pelo seu espaço e reconhecimento e buscam a Educação Infantil como um suporte. Ter esse atendimento e possibilitar às crianças a garantia à educação beneficia esta mãe, esta família e assim, toda comunidade. A Escola de Educação Infantil, à medida que oportuniza vagas e recebe as crianças, passa a acolher a comunidade que atende e com isso, respeita suas condições de vida, sua cultura, seus costumes, crenças, religiões... Abrindo as portas da Escola, a família ganha muito mais do que a vaga. Ganha um contexto em que é convidada a participar e se envolver, desenvolvendo o senso de pertencimento.

Na experiência de San Miniato na Itália,

considera-se que um bom projeto de educação e futuro passa primeiro pela afirmação de consciências sobre a identidade e a potencialidade das crianças, e, a seguir, necessita de fortes alianças para não se perder na simples retórica sobre os direitos (TOGNETTI, *apud* FORTUNATI 2009, p. 31).

É evidente que a fragilidade das políticas públicas em relação à Educação Infantil e a infância é negativa, porém considerar o desejo dos sujeitos, e das famílias pode somar muito na efetivação da Escola e de horizontes de crescimento. Refletir sobre a lógica das famílias, sobre seus desejos e anseios no que se refere à educação dos seus filhos pode ser interessante, pois nos permite visualizar o lugar ocupado pela Escola de Educação Infantil no cotidiano e na organização das famílias.

A Escola, como um investimento e como uma possibilidade de ser mais, quando compartilhada pelas famílias numa instituição, abre a possibilidade de tornar as crianças membros ativos da comunidade, e a comunidade responsável pelas crianças (ALBUQUERQUE, 2010, p. 153).

Mas que relação a Escola possui com a comunidade?

Para responder esta questão, primeiramente é importante definir o conceito de comunidade. Conforme dicionário de português Aurélio (FERREIRA, 2010, p. 183), a palavra comunidade tem origem no termo latim *communitas*. “Pode-se dizer que uma comunidade é um grupo de seres humanos que partilham elementos em comum, como o idioma, os costumes, a localização geográfica, a visão do mundo ou os valores, por exemplo”.

Considerar a comunidade e as pessoas que a compõem, representa respeitar a vida e suas diversas formas de manifestação. O lugar em que as pessoas vivem fala muito delas. Suas necessidades, suas conquistas, sua forma de organização representam a força deste lugar. Reconhecer a cultura local significa perceber, a história do lugar, as origens das pessoas, as verdades e os valores que pautam as relações entre elas.

O lugar é um espaço construído como resultado da vida das pessoas, dos grupos que nele vivem, das formas como trabalham, como produzem, como se alimentam e como fazem/usufruem do lazer. É portanto cheio de história, de marcas que trazem em si um pouco de cada um. É a vida de determinados grupos sociais, ocupando um certo espaço num tempo singularizado. Considerando que é no cotidiano da própria vivência que as coisas vão acontecendo, vai se configurando o espaço e dando feição ao lugar. Um lugar que é espaço vivido, de experiências sempre renovadas o que permite que se considere o passado e se vislumbre o futuro (CALLAI, 2004).

O lugar de vida é por excelência o território compartilhado, onde se dá a reprodução em determinado tempo e espaço, do mundo que é global, do universal. Compreender a lógica da organização deste espaço permite que se perceba que as formas de organização são decorrentes de uma lógica que perpassa o individual, seja do ponto de vista da cidade como tal, seja das pessoas que ali vivem. E cada lugar responde aos estímulos gerados externamente (globalmente), de acordo com a capacidade de organização das pessoas e dos grupos que ali habitam. Isto tudo

permite que cada lugar possua uma identidade, que são as marcas que os caracterizam (CALLAI 2004).

3. TRAJETÓRIA CONSTRUÍDA NO MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS

O município de Três Passos, conforme dados da Secretaria Municipal de Planejamento (2017), é formado por cerca de 24.000 habitantes, destes 1.999 crianças de 0 a 5 anos de idade. Localiza-se à 477 km da capital, Porto Alegre. Tem sua base econômica voltada à atividade agrícola mini fundiária. Destaca-se também no setor moveleiro e na produção têxtil. A mão de obra oriunda de homens e mulheres, que através de suas rendas buscam o bem estar de seus familiares, acentuam o desenvolvimento do município.

Em Três Passos existem 08 (oito) escolas de Educação Infantil, que atendem crianças de 04 (quatro) meses a 05 (cinco) anos de idade. O atendimento acontece em tempo parcial e integral, o que nem sempre foi assim.

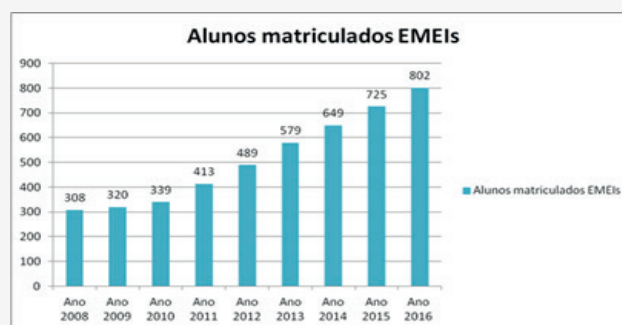
No ano de 2009 muitas famílias se sentiam desamparadas, não dispoendo de um lugar seguro para seus filhos, enquanto trabalhavam. Mães que precisavam retornar ao mercado de trabalho começaram a se articular e procurar a Secretaria Municipal de Educação, buscando alternativas para resolver o problema. Em diferentes ocasiões manifestavam a necessidade do município ofertar mais vagas na Educação Infantil, externando que a esta etapa de ensino associava-se a possibilidade de melhorar a renda e a qualidade de vida da família.

A trajetória foi sendo construída através do diálogo. Com o passar do tempo, a comunidade três-passense compreendeu que a Educação infantil era um direito de todas as crianças, independente do que os pais se ocupavam ou dos conhecidos influentes que possuíam.

Durante o período de 2009 a 2016 observou-se um movimento de ampliação da oferta de vagas na Educação Infantil municipal. A procura por vagas impulsionou a Administração Municipal para construção de novas unidades escolares,

suprindo a carência existente.

Com o apoio do projeto Pró-infância do Governo Federal e recursos próprios da Prefeitura Municipal, inúmeras famílias se beneficiaram, tendo o direito de seus filhos garantido. Assim, a rede que dispunha de 05 (cinco) unidades escolares passou a ser composta por 08 (oito) unidades. O número de crianças atendidas aumentou consideravelmente, conforme mostra o quadro.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Três Passos (2016)

A partir da ampliação das vagas, as crianças em sua grande maioria, tiveram a matrícula garantida em tempo integral, o que favoreceu o cotidiano dos pais trabalhadores. Em um espaço próprio para crianças pequenas, puderam brincar e desfrutar de inúmeras experiências de aprendizagens, com toda a atenção e cuidado que lhes era devido. Iniciava-se uma nova construção, do entendimento de que somente a vaga da criança na Escola não bastaria. Seria preciso acreditar em propostas que vão ao encontro da qualidade, do respeito, para além da oferta, considerando o envolvimento das famílias.

Vital Didonet (apud ALBUQUERQUE, 2010, p. 142) considera que

a Educação Infantil é uma necessidade da sociedade e produz resultados. Sustenta-se pelas ciências ao desvelar a importância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento, é essencial na aprendizagem e na formação da pessoa, com existência de benefícios sociais e econômicos significativos.

O município de Três Passos tem olhado

para a infância como um tempo especial da vida, que merece atenção. Entre os desafios da gestão, busca estruturar a Educação Infantil voltando-se as necessidades das famílias, mas principalmente das crianças, oferecendo a elas condições adequadas de permanência no espaço escolar.

A oferta de vagas para as crianças pequenas será sempre território de lutas. Por vezes com avanços, por vezes com entraves. Talvez o que o município de Três Passos vivenciou no período de 2009 a 2016 demore a visualizar novamente. Este tempo ficou marcado pela sua intensidade de investimentos e mudança de concepções. Nem tudo se resolveu, até porque atualmente o município novamente possui listas de espera, o que registra oficialmente que não dispõem de vagas para todos. Mas as marcas desse tempo ficarão na história, já que a manifestação da comunidade provocou mudanças no sistema já existente e isso segue acontecendo. Toda vez que famílias procuram a Prefeitura Municipal e expressam seus desejos e necessidades quanto aos filhos pequenos, a Gestão é convidada a revisitar seus conceitos e as prioridades de governo.

4. RELAÇÕES DE SIGNIFICADOS

A Educação Infantil estabelece uma relação com a Educação Popular, pois se constitui através da força do lugar, das experiências das pessoas e de suas necessidades. Isso fica bem marcado ao considerarmos a forma como essa etapa de ensino surgiu no Brasil.

Por volta da metade do século 19, com o aumento da migração de moradores da zona rural para a zona urbana das grandes cidades e com a Proclamação da República, o Brasil começa a mostrar condições para seu desenvolvimento cultural e tecnológico. Nesse processo, pensar um ambiente promotor da educação de crianças pequenas e de diferentes grupos sociais se fez necessário.

Os movimentos operários constituíram fator importantíssimo na transformação do atendimento à criança. No início do século 20, a contratação pelas fábricas de mão de obra de imigrantes europeus que chegavam ao Brasil,

acentuou a luta de movimentos operários pela melhoria de suas precárias condições de trabalho: baixos salários, longas jornadas de trabalho, ambiente insalubre, emprego de mão de obra infantil. Foi assim que muitas mulheres se encorajaram e se politizaram, se engajando na luta pelos seus direitos, o que incluía a criação de locais adequados para a guarda e atendimento de seus filhos durante seu trabalho (OLIVEIRA, 2012, p. 21-22).

As reivindicações operárias atuaram como forma de pressão para que os órgãos governamentais criassem creches, escolas e parques infantis. Nascia assim o apoio à mulher trabalhadora.

Durante a segunda metade do século 20, a industrialização e a urbanização no país estimularam o crescimento da demanda por atendimento em período integral nas creches, os quais eram carentes de estímulos às crianças.

No período dos governos militares de 1964 até o início de 1985, as políticas adotadas em nível federal através de órgãos como a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) continuaram a acentuar a ideia de creche e mesmo de pré-escola, à assistência à criança carente. O voluntariado e as iniciativas comunitárias eram bem presentes. Com o término deste período, novas políticas de educação passaram a admitir que as creches não diziam respeito apenas à mulher ou à família, mas também ao Estado e às empresas. Nasciam as primeiras concepções de creche com uma função pedagógica que enfatizava a aprendizagem das crianças (OLIVEIRA, 2012, p. 25).

Com o direito da criança adquirido na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) a Educação Infantil teve forte influência dos movimentos feministas e sociais, que lutaram para garanti-lo.

O atendimento em creches e pré-escolas como direito social das crianças se afirma na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), com o reconhecimento da Educação Infantil como dever do Estado com a Educação. O processo que resultou nessa conquista teve ampla participação dos movimentos comunitários, dos movimentos

de mulheres, dos movimentos de trabalhadores, dos movimentos de redemocratização do país, além, evidentemente, das lutas dos próprios profissionais da educação. Desde então, o campo da Educação Infantil vive um intenso processo de revisão de concepções sobre educação de crianças em espaços coletivos, e de seleção e fortalecimento de práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças. Em especial, têm se mostrado prioritárias as discussões sobre como orientar o trabalho junto às crianças de até três anos em creches e como assegurar práticas junto às crianças de quatro e cinco anos que prevejam formas de garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental (BRASIL, 2010, p. 7).

A Educação Infantil hoje é apontada em pesquisas como indicador básico de bom desenvolvimento, além de configurar aspecto positivo no processo de escolarização básica.

Atualmente as lutas ainda se fazem necessárias, pois a garantia do acesso à educação infantil ainda é restrito, o que mostra a necessidade de serem efetivadas mais ações no âmbito das políticas sociais para garantir este atendimento. A história mostra que a educação de crianças pequenas sempre esteve associada à mãe trabalhadora e mesmo com a passagem do tempo, as demandas seguem muito parecidas.

A garantia do direito amparado por lei está fortemente ligada à concepção de infância que existe na sociedade. A existência de um direito, como a Educação Infantil, é essencial para provocar uma mudança nas práticas sociais, mas, por si só, não basta. A efetivação dos direitos fundamentais não se constitui em mera conquista jurídica, mas em uma conquista histórica, cuja efetividade depende do envolvimento de todos (ROSA, 2008).

Assegurar plenamente o do direito fundamental à educação, principalmente para o cidadão menos favorecido social e economicamente, é um processo permanente, que depende da atuação de muitos atores, dos gestores públicos, dos legisladores, dos profissionais da educação

e também da criança e sua família, entre outros. Quanto maior for o compromisso de cada um e a percepção da importância de educar, até para prevenir a vitimização dessas crianças, mais rápido e efetivamente o direito à educação infantil será incorporado no mundo real, naturalizado na cultura brasileira (ROSA, 2008, p. 23).

O historiador Eric Hobsbawm (apud ARROYO, 2014) nos lembra que “é a tomada de consciência política das populações primitivas que tornou nosso século (XX) o mais revolucionário da história”.

É a tomada de consciência da população que interroga a sociedade, o sistema existente e isso faz com que os sujeitos questionem políticas públicas, resistam à segregação e exijam seus direitos. São grupos das cidades, coletivos sociais, de gênero, etnia, raça, camponeses, trabalhadores empobrecidos, pais de famílias que se afirmam sujeitos de direitos. Outros sujeitos, conforme diz Miguel Arroyo (2014).

Esses outros sujeitos são resultado de opressões sociais e políticas e buscam libertação, emancipação. É fato que quanto mais se precarizam as formas de sobreviver dos grupos populares, até de suas infâncias, mais se afirma a violência e a falta de respeito.

Reconhecer a presença dos Outros Sujeitos exige reconhecer as contradições que estão postas entre a diversidade de lutas de reconhecimento, por direitos. São tensões como a falta de vagas em Escolas Públicas de Educação Infantil que continuam evidenciando concepções segregadoras e inferiorizantes.

Ao lutar por vida, trabalho, comida, moradia e escola para os filhos, famílias depositam a esperança em um projeto de sociedade mais alargado, que possibilita o viver com dignidade. A educação popular reside neste lugar, onde se revelam emergências de luta pela dignidade, pela justiça social e pelo reconhecimento do diferente. Ela pode ser um processo de luta política e libertação.

Ao lutar por vagas, os pais lutam também por Escolas que garantam uma educação de qualidade aos filhos, pois como afirmam Streck et al. (2014, p. 67), é a superação do senso comum

no processo de construção do conhecimento, que pode gerar a transformação social. Lutar por vagas significa acreditar em projetos ricos para as crianças, independentemente de suas classes sociais. Ricos de potencial, oferecendo as crianças pequenas, currículos que os respeitem e os considerem. Para tanto, é fundamental a existência do educador popular, aquele que se afirma como um potencializador, que acredita no ser humano e investe nele para transformar realidades.

Um projeto de escola que visa o contínuo movimento de aprender, ensinar, lutar e transformar diz de um projeto de Educação Popular, que respeite o indivíduo como capaz de transformar a realidade em que está inserido. Se a infância é um terreno fértil para uma convivência mais respeitosa no futuro, o investimento em educação sempre se fará necessário. Investimento que ultrapassa recursos financeiros, que vai ao encontro do diálogo e da escuta.

Por trás do ato de escuta existe normalmente uma curiosidade, um desejo, uma dúvida, um interesse; há sempre alguma emoção. Escuta é emoção; é um ato originado por emoções e que estimula emoções. As emoções dos outros nos influenciam por meio de processos fortes, diretos, não mediados e intrínsecos à interação entre sujeitos comunicantes. Escutar como forma de aceitar de bom grado é estar aberto às diferenças, reconhecendo o valor do ponto de vista e da interpretação dos outros (RINALDI, 2012, p. 124).

Ao escutar as crianças e a comunidade que forma a Escola, não se obtém respostas, mas surge a oportunidade de elaborar perguntas, questionamentos que nos levam a refletir e interpretar a prática e a realidade em que estamos inseridos. Ao escutar, as dúvidas estão presentes, dando direcionamento, certos de nossos limites, ao trabalho a ser realizado. Conforme Rinaldi (2012) a escuta não é fácil. Escutar exige uma profunda consciência e a suspensão de nossos julgamentos e, acima de tudo, de nossos preconceitos; demanda abertura a mudança.

Ao possibilitar a comunidade e aos sujeitos serem ouvidos, a educação é tomada por outro sentido. Aos ouvi-los, suas demandas e necessidades são consideradas e a proposta de ir ao

encontro delas torna-se real. Ao investir em projetos emancipadores, que estabelecem parcerias com as famílias, estas sentem valorizadas sua história e sua cultura e a educação bancária perde espaço, dando lugar a educação popular.

Quando a comunidade luta por aquilo que é seu por direito e passa a se reconhecer em suas conquistas, ela atribui significados que representam muito mais do que ter um espaço físico seguro para os filhos enquanto os pais trabalham. O projeto de educação de qualidade ganha sentido para todos, e a Educação Infantil passa a ocupar um lugar especial no cotidiano das famílias, beneficiando principalmente as crianças.

Conforme Rinaldi (2012, p. 156-157),

aquilo que pensamos sobre as crianças se torna, então, um fator determinante na definição de sua identidade ética e social, de seus direitos e dos contextos educacionais que lhe são oferecidos. A competência e a motivação das crianças podem ser tanto acentuadas quanto inibidas, dependendo do grau de consciência e força motivacional do contexto circundante.

Estudos de Albuquerque (2010, p. 153), nos mostram que

a Educação Infantil, caracterizada pela especificidade do momento de desenvolvimento das crianças, precisa incluir no projeto educativo possibilidades e estratégias de encontro e diálogo entre as lógicas familiares e escolares. A educação, como um investimento e como uma possibilidade de ser mais, quando compartilhada pelas famílias numa instituição, abre a possibilidade de tornar as crianças membros ativos na comunidade, e a comunidade responsável pelas crianças.

A sociedade em que estamos inseridos é formada por grupos, organizações, comunidades. Estes espaços são fruto de pessoas que possuem desejos, interesses, vida. Elas possuem lógicas familiares que determinam o modo como se organizam, as escolhas que fazem, a forma como educam seus filhos. As Escolas inseridas nas comunidades são constituídas por histórias e vivências que representam o público que as compõem. Assim, as Escolas de Educação Infantil, ao compartilharem a responsabilidade de educar

as crianças pequenas com as famílias, formam um enredo onde a comunidade tem espaço para mostrar aquilo que pensa, acredita e deseja. O currículo das Escolas, assim como seus Projetos Pedagógicos, necessariamente precisam estar abertos ao diálogo com estes representantes. A confiança que existe nesta relação compartilhada de educação, os valores, os anseios tornam esse espaço um lugar que representa novas possibilidades às crianças, para além daqueles que o espaço familiar poderia oferecer. Ao se envolver com o projeto escolar, as famílias apostam na Escola e esta passa a ocupar o lugar de quem pode oferecer as crianças um futuro digno, com condições e conhecimento para serem protagonistas da sua história.

5. CONSIDERAÇÕES

A garantia do direito a vaga da criança na Educação Infantil muito diz. Além de ofertar a ela possibilidades diversas de aprendizagens, experiências e construções, oferece a família uma alternativa concreta de educação e cuidado dos filhos pequenos em parceria. Família e Escola estabelecem vínculos e compartilham esta responsabilidade.

Vislumbrar essa parceria vem ao encontro de uma proposta que acolhe e respeita os sujeitos e suas histórias, assim como considera suas necessidades, seus conflitos, suas prioridades, seu lugar. Ao voltar-se para os sujeitos que compõem a Escola, surge a educação popular, como uma proposta de significados. Baseada em seus princípios, a Escola passa a fazer muito mais do que dar aulas, proporcionando a construção do conhecimento, aliado à constituição do sujeito. Quando a voz de todos tem espaço na Escola, quando o valor das pessoas associa-se aquilo que elas são e não aquilo que elas têm, quando todos possuem sua cultura respeitada, a sala de aula representa lugar de encontros, onde uns crescem com os outros. Sem almejar a homogeneidade, a riqueza surge na diferença e na maravilha de poder conhecer e refletir sob diferentes pontos de vista.

Pensar a educação popular desde a infân-

cia é proporcionar o encontro com as famílias e permitir que as crianças sejam crianças na Escola. Em meio ao compromisso de brincar, cada bebê que passa a compor a Escola, torna-se fundamental na construção do currículo, que precisa ser pensado, levando em conta todo o contexto no qual a criança está inserida.

Respeitar os tempos das crianças, sua cultura, suas famílias é dar oportunidade para a sua participação é promover uma educação cidadã a todos. Essa é a perspectiva da Educação Popular.

6. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, S. Educação das Crianças Pequenas: da lógica cultural e familiar às políticas públicas. **Educação & Realidade**, v.35, Porto Alegre, set/dez 2010.

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2004.

ARROYO, M. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de Dezembro 1996. Estabelece as Diretrizes e Base da educação nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil** – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. **Lei 8.069 de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Congresso Nacional, 1990.

BRASIL. **Lei 10.172 de 09 de janeiro de 2001**. Plano Nacional de Educação 2001-2010. Brasília: Congresso Nacional, 2014.

CAIRUGA, R.; CASTRO, M.; COSTA, M. **Bebês na escola.** Observação, sensibilidade e experiências essenciais. Porto Alegre: Mediação, 2015.

CALLAI, H. **Conceito de lugar.** Texto utilizado em aula. Ijuí: Unijuí, 2017.

FERREIRA, A. B. H. **Mini Aurélio.** Dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FORTUNATI, A. **A educação infantil como projeto da comunidade.** Crianças, educadores e pais nos novos serviços para a infância e a família. A experiência de San Miniato. Porto Alegre: Artmed, 2009.

OLIVEIRA, Z.; MARANHÃO, D.; ABBUD, I.; ZURAWSKI, M. P.; FERREIRA, M. V.; AUGUSTO, S. **O trabalho do professor na educação infantil.** São Paulo: Biruta, 2012.

RINALDI, C. **Diálogos com Reggio Emilia.** Escutar, investigar e aprender. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

ROSA, R. **A garantia do direito humano à educação de qualidade.** A oferta da educação infantil no Rio Grande do Sul como novo desafio do Ministério Público. Dissertação de Mestrado, Ijuí: Unijuí, 2008.

SECRETARIA Municipal de Educação e Cultura de Três Passos. **Alunos matriculados EMEIs.** Três Passos, 2016.

SECRETARIA Municipal de Planejamento de Três Passos. **Informações da Secretaria.** Três Passos, 2017.

STRECK, D.; PITANO, S. C.; MORETTI, C. Z.; SANTOS, K.; LEMES, M.; PAULO, F. S. **Educação popular e Docência.** São Paulo: Cortez, 2014.